

HISTÓRIA

EM
DEBATE

ANAIS DO XVI^º SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

HISTÓRIA EM DEBATE

Problemas, Temas e Perspectivas

ANPUH: 30 anos

CNPq

InFour

Facismo: Uma Idéia que Circulou pela América Latina

Maria Helena Rolim Capelato

Venho desenvolvendo um estudo comparativo dos regimes populistas da América Latina - peronismo, varguismo e cardenismo - focalizando um problema específico: a propaganda política realizada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural.

Ao iniciar a pesquisa sobre o peronismo, logo constatei a importância da presença nazi-fascista nessa experiência, em particular no campo da propaganda política.

Tendo em vista que o objetivo principal do trabalho é estudar os componentes autoritários e/ou totalitários do populismo, a preocupação com as repercussões do nazi-fascismo nessas sociedades da América Latina é indispensável. Não parto do princípio de que populismo e fascismo têm o mesmo significado. São experiências que ocorrem em sociedades com características distintas mas não se pode ignorar a relação existente entre elas. Pretendo explicar essa relação analisando o processo de circulação das idéias e experiências.

Neste texto procurarei dialogar com alguns estudiosos do fascismo que se posicionaram sobre a expansão dessa experiência na América Latina.

Os estudiosos do fascismo apresentam pontos de vista muito divergentes o que demonstra a complexibilidade do tema.

Até os anos 30, o fascismo era considerado um fenômeno italiano: com a vitória do nacional-socialismo ganhou dimensão mais ampla, associada ao capitalismo.

No pós-guerra firmaram-se três correntes de interpretação oriundas da luta política. Na perspectiva liberal o fascismo foi entendido como produto de uma crise da consciência européia; pelos radicais, foi visto como produto dos atrasos e atípicos processos de desenvolvimento e relacionado com a unificação nacional de alguns países europeus (Itália, Alemanha); para os marxistas, o fascismo correspondia ao estágio de envelhecimento do capitalismo ou fruto extremo da luta de classes.

Nos anos 70, o tema ganhou atualidade e novas questões se colocaram aos investigadores:

- pode-se elaborar um modelo genérico de explicação do fascismo?
- trata-se de um fenômeno único ou de uma forma de organização política e social da sociedade de massas num determinado estágio de seu desenvolvimento?⁽¹⁾

Renzo de Felice, numa entrevista, publicada em 1975, reabriu o debate sobre a natureza do “movimento” e do “regime” fascistas.⁽²⁾

Propôs uma distinção fundamental entre a versão italiana da “democracia totalitária” (otimista, vitalista e revolucionária) e o nacional-socialismo (pessimista, trágicos de vocação reacionária). Numa perspectiva oposta a que prevalecera nos últimos quinze anos, colocou novamente acento sobre os aspectos italianos do fenômeno.

Em *O fascismo - Um totalitarismo à italiana*⁽³⁾, salientou a importância de se levar em conta a cultura política do povo italiano na explicação do fascismo. Questionando as grandes teorias globalizadoras, preocupou-se em definir traços específicos de um “totalitarismo à italiana” que, embora diferente de seus homólogos stalinista e hitlerista, não teria sido menos bem sucedido.

Segundo De Felice, os conceitos e teorias sobre o totalitarismo que se desenvolveram com os trabalhos dos sociólogos e politicólogos após a 2ª Guerra, devem ser usados com cautela pelos historiadores. Todas as tipologias e sínteses ou são muito gerais ou muito específicas. Questiona as teorias sobre o totalitarismo pela impossibilidade de explicar historicamente aspectos significativos de diferentes realidades. Concorda com G. L. Mosse quando afirma que a teoria totalitária olha o mundo exclusivamente de um ponto de vista liberal, operando uma generalização redutora ao só considerar como inimigo o qual o totalitarismo se bate, os regimes de tipo liberal-democrático. Daí a tendência em assimilar fascismo e comunismo, negando as diferenças profundas entre os dois movimentos, regimes, histórias e culturas.

Para o autor, tais modelos teóricos abstratos que analisam o totalitarismo à luz do nacional-socialismo e stalinismo não permitem compreender a realidade italiana. Considerando inadmissível a conclusão de que o fascismo italiano não foi um totalitarismo ou só passou a sê-lo após 1938, propôs-se a construir um conceito de totalitarismo específico para o caso da Itália. Admitindo a possibilidade de relacioná-la com outros casos, coloca em evidência um “mínimo denominador comum”, elemento unificador, a ser tomado em conta nas análises sobre os diferentes fascismos. Mas admite que não se deve restringir ou expandir demais esse “mínimo denominador comum”:

“O fascismo, um dos grandes fenômenos históricos do nosso século... não se expande fora da Europa e fora do período entre-guerras. Suas raízes são

verdadeiramente e tipicamente européias e estão indissolúvelmente radicadas no *processo de transformação da sociedade européia* determinado pela Primeira Guerra Mundial e pela crise de *transição* moral e material para uma sociedade de massas, funcionando com novas formas de integração estatal, política e social que se verificaram, em certa medida, em todo o continente, mas sobretudo nos países que enfrentaram tais transformações em condições particular de *atraso, debilidade* e de *anormalidade* tanto econômicas quanto políticas⁽⁴⁾.

Numa perspectiva bastante distinta da que expõe De Felice, Zeev Sternhell, autor das análises sobre a ideologia fascista na França ou as origens francesas do fascismo⁽⁵⁾, também aponta um “denominador comum” ou “minimum” fascistas para efeito de comparação.

Zeev recusa as teses do fascismo como um acidente da história européia, fenômeno desprovido de um sistema coerente de idéias e doutrinas, e também a desqualificação do fascismo francês, considerado como fenômeno marginal.

A *ideologia* fascista, objeto de sua análise, é entendida como uma ideologia européia, não circunscrita a Itália e Alemanha. Reconhece que seria mais cômodo circunscrever o fascismo a um fenômeno italiano, acidente local, aberração. Mas, dar ao fascismo uma dimensão teórica, com base num corpo de doutrinas sólidas e de uma lógica interna, sistema de pensamento e opção política como outra qualquer, impõe uma revisão dolorosa de toda uma série de arrazoados.

A grande questão que sua análise coloca é a de saber qual o peso do fascismo francês sempre considerado fenômeno marginal. O autor procura mostrar que a França democrática liberal, jacobina não foi apenas a terra mãe da ideologia de 89 mas também a de sua antítese.

Localiza a origem da ideologia fascista, ou idéias pré-fascistas, no final de 1880, quando pela primeira vez se forma a síntese de um nacionalismo de tipo novo e de uma certa forma de socialismo. A conjugação da direita nacionalista (nacionalismo biológico e racial muito próximo da tradição “*volkish*” da Alemanha) anti-liberal e anti-burguesa com a esquerda socialista, produziu uma “família de espírito” que teve continuidade não só na França como em toda a Europa do séc. XX.

Determinismo, organicismo racista, nacionalismo são elementos comuns, herança da geração de 1890. O fascismo nunca chegou ao poder na França: a direita tradicional sólida conseguiu aí salvar seus interesses. O mesmo não ocorreu em outros países. Zeev não poupa os franceses de sua responsabilidade na elaboração da ideologia pré-fascista e também critica os que, como Raymond Aron, pregaram o esquecimento no episódio do

colaboracionismo. “Vichy não nasceu em qualquer lugar - nasceu na França, onde se iniciou o ataque contra os princípios universais - liberdade, democracia - associados a burguesia”.

Zeev se preocupou, sobretudo, em apontar as origens do fascismo. A “família de espírito” ou idéias “pré-fascistas” que se constituíram na França no final do séc. XIX, estendendo-se por toda Europa, permaneceram vivas até a derrota dos regimes que nelas se inspiraram, podendo ser reabilitada na atualidade.

Pierre Milza autor do livro *Les Fascismes*⁽⁶⁾ é contrário a idéia de ressurgimento do fascismo. Os diferentes Estados autoritários de hoje não são fascistas e o movimento dessa natureza não tem chance de sucesso.

Como Zeev, preocupa-se com a origem do fascismo: elas se localizam no final do século XIX, momento de grandes transformações do capitalismo (passagem do concorrencial para o monopolista) que provocaram a desumanização do trabalho e relações sociais. Essa crise social afetou a consciência dos homens.

A crise de consciência intelectual e moral, resultante das mudanças econômicas e sociais provocou o fim da segurança. Abalou as certezas e verdades apregoadas pelo positivismo determinista, favorecendo o surgimento de correntes irracionistas, anti-intelectualistas e místicas. A 1ª Guerra, segundo Milza, acentuou o pessimismo e ressentimentos sociais. A oposição à sociedade burguesa, Estado liberal e valores das luzes favoreceu o advento do fascismo. Também contribuiu para isso o impacto da Revolução Russa: a pequena burguesia, temendo a proletarização, recusou a sociedade que anivelava às massas. Opondo-se ao proletariado, quis assegurar a propriedade e voltou os olhos para o passado numa atitude política reacionária.

Milza atribui grande importância às idéias mas, diferentemente de Zeev, que só se preocupa com o aspecto ideológico do fascismo, estabelece relação entre esse nível e a realidade sócio-econômica: a crise de consciência se explica a partir das transformações do capitalismo.

Segue numa linha de interpretação próxima a de De Felice. Como ele, admite a especificidade do fascismo italiano mas não a especificidade italiana do fascismo. E quanto à expansão do fenômeno, não o restringe às fronteiras da Europa como faz De Felice.

Na década de 1980, essas discussões sobre as possibilidades e limites da reprodução de um autêntico fascismo fora das fronteiras italianas - na Europa ou para além dela - se intensificaram.

No Colóquio Internacional de Florença (1982) foi discutida a possibilidade de comparação do fascismo italiano com movimentos ocorridos

em países europeus latinos (França, Bélgica, Espanha, Portugal) e também da América Latina⁽⁷⁾.

Pierre Milza, que admite a extensão do fenômeno fascista para além das fronteiras europeias, enquadra o getulismo e o peronismo no elenco de experiências fascistas, indicando pontos comuns e diferenças com relação à Itália.

Refere-se a eles como "fascismo de esquerda" e aponta três fatos que explicam sua aparição: a) a tradição latino-americana de caudilhismo (presença do chefe todo poderoso); b) propaganda nazi-fascista nesses países de forte imigração italiana e alemã; c) existência de uma burguesia nacional anti-imperialista onde repousam as jovens forças do desenvolvimento industrial. Neste último aspecto Milza ressalta a tendência progressista que o induz a definir tais regimes como "fascistas de esquerda".

Milza interpreta o getulismo a partir do modelo construído pelos sociólogos argentinos Gino Germani e Torquato di Tella para explicar o populismo latino-americano. Tais regimes ocorrem numa situação de transição da sociedade tradicional:

- agrária, pré-capitalista, atrasada - para a sociedade moderna.
- capitalista, urbana e industrial.

Segundo Milza, aliada às massas urbanas (proletariado fabril), opôs-se à classe dirigente tradicional, expressão do setor agrário - exportador vinculado ao capitalismo internacional. Mescla essa interpretação com outra que define o varguismo como bonapartismo, ou seja, o regime que tira proveito da pressão espontânea das massas para assegurar um lugar preponderante na colisão das classes dirigentes e favorecer a expansão do capitalismo nacional.

Na Argentina, o "neo-bonapartismo", segundo Milza, tomou a forma do peronismo. A burguesia industrial nacionalista que emerge na década de 30, alia-se a GOU (Grupo de Oficiais Unidos) ao qual pertence o Cel. Perón. Dessa aliança organizou-se o regime pessoal, policial mas não totalitário. Enquadradas pela CGT e Partido Justicialista, as massas argentinas não foram nem arregimentadas, nem submetidas a um processo ideológico comparável à dos regimes fascistas. No entanto, Perón, que fora adido militar em Roma, antes da guerra, inspirou-se no fascismo. Segundo Milza, o peronismo tem em comum com o fascismo a demagogia verbal e gestual, a manutenção e reforço do capitalismo nacional. Mas difere sensivelmente do modelo mussoliniano no que diz respeito às bases de apoio. Perón se sustentou nas massas

populares urbanas o que justifica, parcialmente, a denominação “fascismo de esquerda”. Apoiado no sociólogo argentino Gino Germani, Milza distancia o peronismo do fascismo italiano: enquanto, na Argentina, a desestruturação “primária” da sociedade tornou disponíveis as massas pré-industriais (proletariado novo, arrancado de suas raízes rurais) que serviram de apoio ao peronismo, na Itália, o fascismo resultou de uma movimentação “secundária”. Nesse tipo de sociedade, já industrializada, as classes médias constituíram o principal vetor do fascismo.⁽⁸⁾

De Felice, que também baseia suas análises pelo modelo germaniano, exclui qualquer possibilidade de identificação desses regimes latino-americanos com o fascismo, fenômeno exclusivamente europeu. Para ele, alguns desses governos definidos como fascistas, a rigor reproduzem exemplos conservadores tradicionais ligados à experiência histórica particular daquelas regiões. Retoma o argumento de Germani sobre a mobilização primária e secundária para demonstrar as diferenças e acrescenta que mesmo havendo alguns aspectos semelhantes nessas experiências não se pode falar de fascismo na América Latina porque o contexto histórico é completamente diferente.

Os investigadores argentinos retomam essa discussão. Alberto Ciria aponta as dificuldades de caracterização do peronismo: alguns o definem como “subproduto do nazi-fascismo”. A seguir, invoca De Felice, Martin Kitchen, Hennessy para demonstrar a impossibilidade de associação do peronismo com o fascismo.

A análise histórico-cultural de Kitchen enumera dez critérios presentes nos fenômenos fascistas mais representativos para concluir que se trata de fenômeno de país industrial desenvolvido, fruto de crise sócio-econômica e resposta a uma classe operária numerosa e organizada. Pela conclusão do autor, o peronismo fica fora desse modelo. Hennessy prolonga a análise de Kitchen, acentuando outras diferenças como: falta de experiência de guerra total, relações com a Igreja, tipo de nacionalização e de crise cultural, pré-condições econômicas, movimentos estudantis e juvenis.

Nas colocações dos autores que apresentei há muitos reparos a se fazer. De Felice e Milza questionam as análises construídas através de modelos, tipologias ou grandes sínteses generalizadoras propondo que se compreenda o modelo fascista a partir de rigorosa reconstrução histórica. No entanto, eles próprios não se liberam das tipologias e modelos construídos *a priori* nos quais encaixam ou deixam de fora as peças do intrincado quebra-cabeça fascista.

Milza elabora uma esdrúxula síntese modelar que o permite definir peronismo e getulismo como “fascismo de esquerda”. Essa definição paradoxal revela completo desconhecimento desses regimes que se caracterizaram,

principalmente, pela violenta perseguição aos comunistas, socialistas, anarquistas. Já De Felice descarta, de forma simplista o problema, referindo-se a essas experiências latino-americanas como “reprodutoras dos exemplos conservadores tradicionais”.

A separação fascismo/Europa - populismo/América Latina tem por base o modelo de Gino Germani que, numa perspectiva dualista, define as sociedades latino-americanas (dependentes) como essencialmente diversas das européias. De Felice se refere a elas como completamente diferentes. Ao estudar o fenômeno fascista italiano, opera o mesmo tipo de cisão: o fascismo ocorreu em “condições particulares de atraso, debilidade, anormalidade econômica e política” ou seja na Itália que está para os países europeus desenvolvido como a América Latina para Europa.

O capitalismo constitui a base dessas análises, mas a relação de exterioridade, que se estabelece entre as partes, desintegra o mundo capitalista e dissocia as partes do todo. O capitalismo “moderno”, “desenvolvido” aparece como modelo a ser seguido pelo “atraso”. A divisão sociedades modernas/atrasadas indica o *lugar* onde o capitalismo se desenvolve e o caminho que deve percorrer na sua evolução. Nessa visão especializada da história, o tempo se apresenta como categoria secundária e é entendido como linearidade. A perspectiva teológica da história que orienta esse tipo de análise indica as etapas a serem seguidas pelos “atrasados” no caminho do moderno.

Para De Felice o populismo latino-americano reproduz os exemplos conservadores tradicionais, ou seja, sequer vislumbrou o caminho do moderno (plenitude do capitalismo). Para Milza que definiu o populismo como “fascismo de esquerda”, a caminhada se iniciou nesse momento. Cabe lembrar que nessas duas perspectivas o fascismo abriu caminho para a modernidade italiana.

Essas interpretações comprometidas com a ideologia progressista aprisionam a história na camisa de força dos modelos. Preocupados em determinar ou grau de distanciamento ou distanciamento do “mínimo denominador comum” fascista, os autores aprisionam a história e não conseguem captar seu movimento dinâmico, complexo, contraditório.

Proponho um outro caminho para pensar as possibilidades de relação do fascismo italiano com experiências latino-americanas, especificamente varguismo e peronismo.

Refletindo em termos de totalidade não dissociada podemos entender o sistema capitalista se reproduzindo contraditoriamente no tempo e no espaço. Nessa perspectiva Europa e América Latina ou Itália e Brasil/

Argentina se configuram como momentos particulares do todo - a sociedade capitalista. Cada uma dessas partes tem especificidades mas não são completamente diferentes.

Essas realidades não se mantêm isoladas. No todo, cuja essência é o capitalismo, há um movimento constante, contraditório das partes para o todo e deste para as partes. Nele circulam as mercadorias e as idéias.

As idéias fascistas (como quaisquer outras) penetram no Brasil e Argentina e servem de inspiração a grupos diversos e governantes. Ao invés de indagar se os regimes ou movimentos que nela se inspiram se enquadram no modelo de análise do fascismo europeu ou italiano, proponho que se indague como as experiências fascistas foram interpretadas nessas sociedades, e como essas idéias e práticas políticas foram aí reproduzidas.

A tese da importação ou imitação das idéias, tão difundida entre nós, configura-se como arma político-ideológica: com o epíteto de imitação desqualifica-se o argumento do adversário. Além disso se menospreza a importância da circulação de idéias.

Parto do princípio de que elas se constituem geneticamente no todo social, havendo umnexo a ser compreendido entre sua produção e reprodução.

Uma corrente de idéias - no caso o fascismo - penetra no Brasil ou Argentina respondendo a interesses de grupos específicos dessas realidades. Ao se inserir na luta política, assume características novas cujo significado cabe analisar, não a partir de modelos ou tipologias mas pela reconstituição do processo histórico em toda sua complexidade.

Os modelos interpretativos do populismo - o de Gino Germani e outros - dão ênfase às variáveis sócio-econômicas, elementos indicadores do caminho da modernidade ou do progresso.

Numa postura de crítica a essa perspectiva progressista, pretendo recuperar o universo de representações, deixado de lado por essas análises e é neste campo que o movimento de circulação das idéias ganha importância.

Os projetos nacionalistas de Vargas e Perón recuperam elementos pré-fascistas ou fascistas propriamente ditos. Além disso, os mecanismos de controle das consciências e valores veiculados pela propaganda política, também tiveram forte inspiração nos regimes totalitários. Quero compreender como e porquê essas experiências européias foram reproduzidas na Argentina de Perón e Brasil de Vargas, e qual o resultado produzido nessas realidades.

Captar o movimento de produção e reprodução dessas idéias e práticas políticas implica na possibilidade de reconstruir esse momento histórico na sua totalidade.

Para exemplificar a importância da relação do fascismo com o chamado populismo varguista e peronista (importância essa que De Felice descarta completamente e Milza situa mal) vou me deter num aspecto significativo dessa relação - o do controle da informação - focalizando o caso da Argentina peronista.

O regime de Mussolini exerceu efetivo controle sobre os meios de comunicação. No caso do rádio e da imprensa escrita, veículos privilegiados de propaganda política, o controle foi extremamente eficaz. O rádio apresentou crescimento espantoso na Itália: meio milhão de ouvintes antes da guerra da Etiópia; trinta mil a mais em 1937 e um milhão e duzentos mil no final de 1939.

Quanto à imprensa escrita, o esforço de politização implicou na eliminação de vozes discordantes. Segundo Renzo de Felice, o Ministério de Imprensa e Propaganda tinha atribuições limitadas (censura e propaganda), correspondentes às necessidades de um Estado autoritário moderno. Em 1937 foi criado o Ministério de Cultura Popular, nos moldes do anterior mas com objetivos bem mais ambiciosos, coerentes com a nova fase totalitária do regime.

O Ministério controlava diretamente as atividades de cultura de massa procurando enquadrá-las numa perspectiva totalitária. Pretendia-se mergulhar o país numa atmosfera moral, cultural e política única - o que se realizou de maneira incompleta. Quanto ao enquadramento das atividades, os resultados foram notáveis mas não absolutos, nem uniformes⁽⁹⁾.

O regime peronista procurou incorporar muitos elementos dessa experiência bem como a da Alemanha nazista.

Os regimes totalitários que Perón teve ocasião de observar durante sua estadia na Europa, o levaram a conceber um Partido forte, de estrutura vertical, girando em torno do líder, e a elaborar a doutrina justicialista, poderosa ferramenta da propaganda política. É no terreno da propaganda política, que visava a manipulação das consciências para o apoio irrestrito ao regime, que a inspiração totalitária é mais evidente.

Alberto Ciria não identifica o peronismo como fascismo mas reconhece que no controle dos meios de comunicação - imprensa e rádio - Perón se inspirou nos regimes nazi-fascistas. Juan José Sebrelli, que define o peronismo como totalitário/fascista, enfatiza ainda mais esse aspecto. O autor comenta que a súbita popularidade de Perón entre 1943-1945, um desconhecido até então, se deve à propaganda pelos meios de comunicação de massa, o rádio principalmente. Menciona um manifesto secreto do GOU onde se afirma: "a exemplo da Alemanha, pelo rádio e pela educação, se enculcará no povo o espírito favorável para empreender o caminho heróico que deverá percorrer"⁽¹⁰⁾.

Segundo Perón, a propaganda é uma arma poderosa, sobretudo quando se dispõe de todos os meios.

O controle da informação, no regime peronista, foi feito de maneira hábil e astucioso. Perón permanece dentro dos quadros da legalidade no qual estava inserido e pelo qual chegará legitimamente ao poder. Preferiu mover-se num segundo plano onde novas leis, sugestões e ordens verbais - nunca escritas, mas obedecidas - negavam, na prática, o artigo 14 da Constituição, que garantia irrestrita liberdade de imprensa.

Através de um jogo político, onde tudo era válido (sabotagem, corrupção, violência) minou, na base, as possibilidades de críticas ao regime. Pouco a pouco, foi obtendo, com ajuda de Eva, o controle dos principais jornais e emissoras de rádio.

Os diários liberais, *La Prensa* e outros, faziam oposição firme ao governo. Para fazer frente a eles, Perón decidiu criar sua própria cadeia de diários, revistas, rádio.

Eva Perón, convencida de que o movimento precisava de um grande diário, entabulou negociações para inserir o *Democracia* na órbita oficial (1945). Investiu na empresa inglesa Haynes, comprando o diário *El Mundo* e dez revistas de diferentes títulos como: *Mundo Argentino*, *Mundo Infantil*, *Caras y Caretas*, *Mundo Desportivo*, *Mundo Agrário*. À coleção de revistas adquiridas, foi agregado um novo título: *Mundo Peronista*.

O proprietário de *Noticias Gráficas*, em vista do rumo dos acontecimentos, preparou-se para negociar seu diário com o grupo peronista. Em troca recebeu dinheiro e um cargo diplomático. Há outros exemplos desse tipo.

O controle radiofônico foi ainda mais eficaz. Segundo Pablo Sirven, Eva e Perón conseguiram o total domínio sobre as ondas. A rádio Belgrano foi adquirida por Eva; os demais proprietários de emissoras também acabaram cedendo às investidas do poder. Em setembro de 1947 foi expedida uma nota reservada dos Correios e Telecomunicações destacando a conveniência de se adquirir todas as emissoras "por elementares razões de defesas nacional e concepção espiritual". As transações foram feitas com a ajuda financeira do Instituto Argentino de Promoção Industrial e Banco Industrial da República Argentina.

Os proprietários dos meios de comunicação que resistiram às pressões da "bela dama", ficaram sujeitos a todo tipo de interferência: censura, controle de papel, corte de subsídios, etc.

Para o efetivo controle dos meios foi criada a "Subsecretaria de Informações" e posteriormente a "Secretaria de Imprensa e Difusão" inspirada no "*Sottosegretariato per la Stampa e Propaganda Fascista*".

A censura inorgânica e circunstancial até 1943, assentou-se em bases mais firmes, a partir da criação desses órgãos. Perón considerava a opinião pública uma realidade: não se pode manejá-la arbitrariamente, nem desprezá-la como ficção. Pode-se formá-la por um procedimento inteligente e deve-se manejá-la com lealdade e prudência. Para que não ficasse exposta a imaginação dos políticos, colocou-a em mãos das referidas Secretarias. Ambas inundaram o país de propaganda política e apelaram para todas as armas com o intuito de lograr novas adesões à causa peronista.

A imprensa de oposição foi reduzida ao silêncio. *La Prensa* foi expropriada em 1951.

Após a morte de Eva Perón, os meios de comunicação já não constituíam mais ameaça ao regime. Controlando a imprensa escrita e telerádiodifusão, as autoridades peronistas manejaram um monopólio de proporções gigantescas. Perón respondia às críticas internas e externas, com ironia. Já fora do poder afirmou que, quando esteve no governo, jamais se deixara se impressionar por elas: “tive a honra de contar-me entre os totalitários”⁽¹¹⁾.

Anos mais tarde Perón reconheceu que os meios não são todo poderosos e comentou: “em 1955, tendo a totalidade dos meios à disposição, fui derrotado; em 1945 e 1973, antes das eleições, a imprensa toda se opôs a mim não impedindo minha chegada à Casa de Governo”.

Pablo Sirvén cita esse comentário de Perón para concluir que a propaganda política só reforça as tendências que cada cidadão tem dentro de si. O peronismo tampouco pode subtrair-se a essa regra: provocou admiração, com sua portentosa presença nos meios, entre seus simpatizantes mas despertou crescentes contrários entre os que o depreciavam.

O argumento de Sirvén é válido no que se refere à contestação da onipotência dos meios. Mesmo os regimes totalitários da Alemanha e Itália, que levaram o controle dos meios ao extremo, não conseguiram atingir o objetivo de formar a “opinião única”. Mas a conclusão de Sirvén subestima a importância dos meios na manipulação das consciências. Não só os simpatizantes de Perón foram atingidos pela propaganda; as mensagens foram responsáveis por aumento significativo de adesão ao regime. Graças a essa poderosa máquina publicitária, de inspiração nazi-fascista, o mito Perón permanece vivo até hoje na Argentina. É certo que a propaganda política produz efeito quando germinada em solo fértil. A tradição política e cultural da Argentina deve ser levada em conta para se explicar o sucesso do mito peronista.

Para finalizar, e retomando o problema da relação do fascismo europeu com as experiências latino-americanas, volto a questionar os modelos nos

quais se baseiam De Felice, Milza e outros estudiosos do tema, que descrevem os processos históricos em seus resultados sem se preocupar com o ato de sua produção. Dessa forma, reduzem a atividade de classes e grupos sociais a reflexos quase mecânicos e imediatos de variáveis sócio-econômicas e apresentam a política populista inserida em leis objetivas do desenvolvimento histórico, como observa Patrizia Piozzi em sua críticas aos modelos de interpretação do populismo⁽¹²⁾. Pretendo seguir noutra direção: inserindo as idéias e práticas políticas “importadas” no movimento contraditório das lutas sociais dos anos 30/40 na Argentina e Brasil respectivamente, pretendo contribuir para a reconstituição dessa história. Deixando de lado as determinações a priori, entendo a história como um campo de possibilidades - é nesse campo que procurarei acompanhar a circulação das idéias e experiências fascistas na América Latina - Argentina e Brasil.

NOTAS

- (1) Renzo de Felice. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*, São Paulo, Ícone, 1988.
- (2) Idem. *Intervista sul fascismo*, Bari, Laterza, 1975.
- (3) Idem. *Le fascisme un totalitarisme à l'italienne?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1988.
- (4) Renzo de Felice “O fascismo como problema interpretativo” op. cit. p. 77.
- (5) Zeev Sternhell. *La droite revolutionnaire. Les origines Françaises du fascisme (1885-1914)*, Paris, Eds. du Seuil, 1978. *Ni droite, ni gauche. L'ideologie fasciste en France*, Paris, Ed. Complexe, 1985.
- (6) Pierre Milza. *Les fascismes*, Paris, Collection Notre Siècle, Imprimerie Nationale, 1985.
- (7) Cf. Helgio Trindade “Introdução” in *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*.

- (8) Pierre Milza. *Les fascismes* pp. 450-455.
- (9) Renzo de Felice. *Le fascisme: Un totalitarisme à l'italienne?* pp. 123-129.
- (10) Juan José Sebreli. *Los deseos imaginarios del peronismo*, Buenos Ayres, Legasa, 1965, p. 62.
- (11) A propósito do controle da informação na Argentina, consultei basicamente Pablo Sirvén. *Perón y los medios de comunicación 1943-1955*, Buenos Ayres, Centro Ed. de América Latina, 1984.
- (12) Patrizia Piozzi. *O ato livre. Considerações a respeito da política operária*, tese de mestrado, Depto. de Filosofia, F.F.L.C.H. - USP, 1982.